



Às nove horas do dia dois de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **DANIEL LAVAREDA**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; e o Conselheiro Substituto **ALEXANDRE CUNHA**, convocado nos termos da Portaria nº 0099/2016; ausência justificada dos Conselheiros, **JOSÉ CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Conselheiro Substituto **SÉRGIO DANTAS**, para composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 004/2016. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 880012003-00; Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2003;** Responsável: Renato Coradassi (01/01 a 10/07/2003 e 15/09 a 31/12/2003) e Ricardo Pereira dos Santos (11/07 a 14/09/2003); Instrução: Auditor Daniel Lavareda, Auditora Adriana Oliveira e 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.156). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Com impedimento do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1400012010-00; Prefeitura Municipal de Placas; Prestação de Contas – 2010 - Contas de Governo;** Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas (Resolução nº 12.157). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1400012010-00; Prefeitura Municipal de Placas; Prestação de Contas - 2010 - Contas de Gestão;** Responsável: Maxweel Rodrigues Brandão; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no**



DOE nº 33.059, de 29.01.2016. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.505). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 440012002-00; Prefeitura Municipal de Marapanim; Prestação de Contas – 2002**; Responsável: Raimundo Luiz de Moraes; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.158). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. **Processo nº 380012004-00; Prefeitura Municipal de Jacundá; Prestação de Contas – 2004**; Responsável: Adão Ribeiro Soares; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com aplicação de multas (Resolução nº 12.159). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. **Processo nº 50022010-00; Câmara Municipal de Almeirim; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Antônio Francisco de Souza Jambo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela insubsistência do Acórdão nº 27.753/2015, com a reabertura de instrução processual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela insubsistência do Acórdão nº 27.753/2015, com a reabertura de instrução processual, nos termos determinados no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.160). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 1370022010-00; Câmara Municipal de Marituba; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Wildson Araújo de Mello; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva;



Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.506). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 154962013-00; FUNDEB de Benevides; Prestação de Contas – 2013**; Responsável: Leila Carvalho Freire; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e aplicação de multa (Acórdão nº 28.507). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 1342392010-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Canaã dos Carajás; Prestação de Contas – 2010**; Responsável: Nilva Francisco Marques Magno; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, aplicação de multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 28.508). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Substituto Sérgio Dantas. **Processo nº 282212009-00; Fundo Municipal de Saúde de Curralinho; Prestação de Contas – 2009**; Responsável: Miguel Pedro Pureza Santa Maria; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral - Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Substituto Alexandre Cunha (Conselheiro José Carlos Araújo); **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com aplicação de multa, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, e recomendações constantes no Voto do Conselheiro Relator. **Por maioria**: com aplicação de multas (Acórdão nº 28.509). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da aplicação das multas. **Processo nº 201506787-00; Prefeitura Municipal de Terra Santa; Representação – 2009**; Representante: Raimundo Jesus Gonçalves Consentini, Adervani Mota de Oliveira, Marivaldo Cardoso Siqueira, Sulpicio Santos Marinho e Idemar Figueiredo Teixeira; Representado: Marcilio Costa Picanço, Odair Albuquerque e Jeremias Nogueira; Instrução: 4ª



Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo não conhecimento da Representação. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo não conhecimento da Representação, com as recomendações constantes no voto do Conselheiro Relator (Acórdão nº 28.510). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201315286-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 022/2015, de 01.06.15; Interessada: Lúcia Augusta de Castilho; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.511). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201315288-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 020/2015, de 01.06.15; Interessado: Lino Luiz Borges; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Retirado de pauta. **Processo nº 201316688-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 018/2015, de 01.06.15; Interessada: Anabela Lima de Melo; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.512). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201404656-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Aposentadoria** - Resolução nº 024/2015, de 01.06.15; Interessada: Maria Luíza Feitosa Gomes; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão: O Plenário, à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.513). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201304532-00; IPAMB de Belém; Pensão** - Portaria nº 257/2013, de 22.02.13; Interessada: Amélia de Lima Gentis Silva, viúva do servidor Raudecy Santos da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu



161 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do
162 Ato (Acórdão nº 28.514). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201318027-00;**
163 **IPAMB de Belém; Pensão** - Portaria nº 1.302/2013, de 23.09.13; Interessado: Manoel Domingos
164 Brito Pureza, viúvo da servidora Maria Arlete de Souza Pureza; Ministério Público: Procuradora Maria
165 Regina Cunha; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 33.059, de**
166 **29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
167 dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
168 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à
169 **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.515). Presidência do Conselheiro Aloísio
170 Chaves. **Processo nº 201205135-00; Instituto de Previdência Social dos Servidores**
171 **Públicos do Município - ALTAPREV de Altamira; Pensão** - Resolução nº 011/2015, de
172 05.05.15; Interessado: Luciano Barbosa da Silva, Kathielle Menezes da Silva e Caio Gabriel Menezes
173 da Silva; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda;
174 **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
175 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi
176 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
177 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.516).
178 Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. **Processo nº 201119656-00; IPAMB/PMB de**
179 **Belém; Pensão** - Portaria nº 1293/11, de 16.11.11; Interessado: Eliete Barata das Neves;
180 Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
181 **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
182 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi
183 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a
184 **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.517).
185 Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201407604-00; IPASEMAR -**
186 **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Marabá; Pensão** - Portaria nº
187 335/13, de 05.09.13; Interessado: Neilson Torres e Samuel Silva Santos; Ministério Público:
188 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE**
189 **nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
190 posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em**
191 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
192 Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 28.518). Presidência do
193 Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201006018-00; Prefeitura Municipal de Cumaru**
194 **do Norte; Nomeação** - Decretos que nomeiam Marcos do Vale Parente e outros; Interessado:
195 Vilmar Farias Valim; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Aloísio
196 Chaves; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o
197 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro dos decretos
198 relacionados às fls. 164/165 dos autos, e pela negativa de registro dos decretos relacionados às fls.
199 153/160 dos autos. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
200 **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro dos



decretos relacionados às fls. 164/165 dos autos, e pela negativa de registro dos decretos relacionados às fls. 153/160 dos autos (Acórdão nº 28.518). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201510830-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás; Subsídio – 2015** - Lei Municipal nº 671/2015, de 27.04.15 - Reajuste Salarial de Servidores Municipais; Interessado: Hugo Leonardo de Faria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com as recomendações constantes no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.161). Presidência do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201206743-00; Câmara Municipal de Oriximiná; Subsídio – 2012** - Lei Municipal nº 7.474/2012, de 21.03.12 - Revisão de Subsídios de Vereadores; Interessado: Luis Gonzaga Viana Filho; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com as recomendações constantes no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.162). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Daniel Lavareda. **Processo nº 201515604-00 (201600248-00); Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá; Subsídio - 2015** - Lei Municipal nº 624/2015, de 27.11.15 - Reajuste Salarial de Servidores da Câmara; Interessad: Lio Silva de Sousa; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 33.059, de 29.01.2016.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato, com as recomendações constantes no voto da Conselheira Relatora (Resolução nº 12.163). Presidência do Conselheiro Aloísio Chaves. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Substituto Alexandre Cunha. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dois de fevereiro de dois mil e dezesseis.

Visto:

Hilda Maria Zahluth Centeno Normando

Secretária Geral, em exercício

Conselheiro Corregedor **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Aloísio Chaves**
Presidente da Sessão